

**SUBSÍDIOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE
EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**GRANTS FOR A REFLECTION ON THE NATIONAL SYSTEM OF EDUCATION
AND POPULAR PARTICIPATION: CHALLENGES FOR PUBLIC POLICY**

ABRAMOWICZ, Mere*

* Possui graduação em Pedagogia - F.F.C.L pela Universidade de São Paulo (1962), mestrado em Supervisão Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984) e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo e Avaliação Educacional. Contato: mabramowicz@uol.com.br

RESUMO

O presente texto tem como objetivo fornecer subsídios para uma reflexão sobre a relação entre o Sistema Nacional de Educação, a participação popular e os desafios para as políticas públicas. Busca tentar enfrentar e responder aos desafios da mobilização da sociedade para participar das discussões sobre o Sistema Nacional de Educação que hoje ocupam um lugar central em nossos questionamentos. A participação popular é situada em um espaço politicamente definido o do Sistema Nacional de Educação e estuda como esta configuração desafia as políticas públicas nacionais. O texto se propõe a apresentar aspectos iniciais da relação entre o Sistema Nacional de Educação e a participação popular e suas repercussões ao tentar responder aos desafios das políticas públicas onde pontificam questões fundamentais, tais como, a universalização da educação básica, a extensão do direito para todos de educação obrigatória dos 4 anos aos 17 anos de idade; a criação de um Sistema Nacional de Avaliação, a valorização dos profissionais de educação, além de outros aspectos relevantes e atuais. Realiza um rápido sobrevoo histórico sobre a temática e considera que a política nacional de educação deve levar em conta a luta pela defesa do ensino público de qualidade. Explicita-se o Documento Referência da CONAE 2014 explorando o seu Eixo 5. Finaliza com uma tentativa de exercício sobre uma das políticas públicas relevantes na atualidade que é a criação do Sistema Nacional de Avaliação.

Palavras-chave: Sistema nacional de educação. Participação popular. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present text has the objective to offer a reflection about the relation between the National System of Education, the popular participation and the challenges to the public politics. Intend to answer the challenges of the mobilization of the society to participate of the discussions of the National System of Education that occupies, today, a central place in our questions. The popular participation is situated in a space, politically defined, the National System of Education and study how this configuration challenge the national public politics. The text tried to answer fundamental questions like the universalization of the basic education, the extension of education to all the people from 4 to 17 years, and other aspects. We made a historical fly in the national politics of education and consider the fight of the defense of public education of quality. It ended with an attempt of important public politics in our days with the creation of the National System of Evaluation.

Keywords: National education system. Popular participation. Public politics.

1 INTRODUÇÃO

Como enfrentar e responder aos desafios da mobilização da sociedade para participar das discussões sobre o Sistema Nacional de Educação que hoje ocupam nossas reflexões, ansiedades e esperanças?

Decididamente é a centralidade do tema do Sistema Nacional de Educação (SNE) que nos absorve em nossos questionamentos e interesses.

Tentaremos, aqui, compreender a participação popular em um espaço politicamente definido: o Sistema Nacional de Educação e como esta relação constitui um conjunto de desafios para as políticas públicas nacionais.

Quando se discutem alterações de aspectos de nossa legislação, esta questão ganha importância pois ela traduz e sustenta as políticas públicas que dão o norte da educação brasileira atual.

2 UM SOBREVÃO HISTÓRICO RÁPIDO

Nos últimos anos houve vários movimentos de mobilização da sociedade para articular a educação nacional por políticas de Estado que resultassem em ampla participação. Foram inúmeras conferências educacionais com destaque para a 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE) entre 28 de março e 1º de abril de 2010, resultado de profícua parceria entre os sistemas de ensino, os órgãos educacionais, o Congresso Nacional e a sociedade civil. (DOCUMENTO REFERÊNCIA, 2012, p.01).

Este empenho resultou na participação de amplos setores em diversas conferências em 2009 além de vários espaços de debate.

Como resultado o Documento Final da CONAE/2010, produto da construção coletiva do debate sobre o Sistema Nacional de Educação se tornou um marco histórico para a educação no Brasil fornecendo bases e diretrizes para o novo Plano Nacional de Educação.

Participaram 450 mil delegados e delegadas envolvendo 2% da população do país culminando com o Fórum Nacional de Educação que aprovou a II CONAE, a se realizar em Brasília em 2014.

Creemos que a II CONAE se constituirá em um espaço democrático onde atores sociais apontarão perspectivas novas para a organização da educação brasileira consolidando o novo PNE.

O Fórum Nacional de Educação (FNE) elaborou um Documento Referência que permitirá ampla discussão que subsidiará, com certeza, o Sistema Nacional de Educação.

Nossas reflexões se basearão em todos estes documentos destacando dentre os eixos centrais que constituem o Documento Referência o Eixo 5 – Gestão Democrática, Participação popular e Controle Social.

3 CONSTRUINDO SUBSÍDIOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Sistema Nacional de Educação suporta as políticas públicas e nesta relação se destaca a participação popular chamada a debater e lhe fornecer subsídios para atender às aspirações da sociedade.

Enfatiza-se, aqui, a força da participação popular e as demandas dos movimentos sociais que se refletem nas políticas públicas.

Através da participação popular, presente no SNE, que desafios às políticas públicas poderão enfrentar? A partir do final da década de 70 a sociedade civil se mobilizou contra o regime autoritário e centralizador. A participação popular espelhada no Sistema Nacional de Educação constitui um desafio às políticas públicas buscando romper com práticas não democráticas marcadas pelas desigualdades sociais.

O direito à educação de qualidade e universal é um clamor que a participação popular almeja. O desafio a ser enfrentado diz respeito à superação das desigualdades e o respeito e reconhecimento à diversidade cabendo ao Estado garantir este direito ratificado pelo Sistema Nacional de Educação tendo no horizonte uma educação gratuita, laica, democrática, inclusiva, de qualidade social para todos.

Uma política nacional de educação deve levar em conta a luta pela defesa do ensino público de qualidade, a democratização do acesso à educação e, especialmente, a participação popular.

A participação popular refletida no Sistema Nacional de Educação (SNE) desafiou as políticas públicas onde persistiam e ainda persistem a exclusão, o alto índice de analfabetismo, a pouca escolaridade dos brasileiros, seu frágil desempenho como estudantes, a não universalização da educação básica e a não democratização do acesso à educação superior. Estes aspectos resultam em uma lógica fragmentada, e, especialmente desarticulada de projeto educacional do país. (GRACINDO, 2010).

Que desafios as políticas públicas ainda nos propõem? A universalização do acesso, a

ampliação da jornada escolar e a garantia de permanência bem sucedida de crianças, adolescentes, jovens e adultos na escola. (GRACINDO, 2010).

Mesmo o Sistema Nacional de Educação privilegiando a participação popular ainda apresenta grandes desafios para as políticas públicas.

Vamos percorrer alguns dos mais eminentes educadores para ver explicitadas suas reflexões que poderão ser iluminadas por algumas das proposições e estratégias que integram o Eixo 5 do Documento Referência elaborado pelo Fórum Nacional de educação (FNE).

Cury (2009) nos aponta um caráter de nossa sociedade que constitui uma desigualdade sistêmica - os poderes governantes são repartidos conforme os campos de poder e não conforme um sistema nacional.

O Documento Referência no seu Eixo 5 propõe:

5 - Criar mecanismos de participação que promovam a democratização da gestão dos sistemas de ensino e das instituições educacionais com a participação de professores, funcionários técnico-administrativos, estudantes, pais e/ou responsáveis e comunidade local. (DOCUMENTO REFERÊNCIA, CONAE 2014, p.75).

Saviani (2009) nos apresenta quatro desafios a ultrapassar:

- 1 - Os econômicos que explicitam resistência à manutenção do ensino público
- 2 - Os políticos que caracterizam a descontinuidade das iniciativas de reforma da educação
- 3 - Os filosóficos ideológicos - cujas ideias e interesses são contrárias ao SNE
- 4 - Os legais que identificam uma resistência à aprovação de uma legislação que permite a organização do ensino na forma de um sistema nacional brasileiro

O que as proposições e estratégias do Eixo 5 do Documento Referência apresentam para enfrentar os desafios acima explicitados por Saviani:

1 - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de educação, de escola, de acompanhamento e de controle social, com a colaboração entre o MEC, as secretarias de educação de estado, Distrito Federal (DF) e municípios e os respectivos tribunais de contas dos entes federados. (DOCUMENTO REFERÊNCIA, CONAE 2014, p.74).

Abicalil (2009) aponta outros obstáculos:

- 1 - O poder público central não tem responsabilidade relevante na escolarização das maiorias
- 2 - Há consagração das desigualdades regionais agudas

- 3 - Observa-se uma pulverização dos sistemas e redes
- 4 - Constata-se uma desarticulação curricular ou sua rígida verticalidade
- 5 - Observa-se um estabelecimento de ação concorrencial entre as esferas do governo.

O Documento Referência no seu Eixo 5 também tem algumas proposições e estratégias que tangenciam as questões apresentadas por Abicalil. Senão, vejamos:

2 - Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos visando à ampliação de transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. (DOCUMENTO REFERÊNCIA, CONAE 2014, p.74).

3 - Articular políticas de acesso e permanência, de modo a garantir que as crianças, jovens e adultos, ingressem nas instituições educativas e nos diferentes níveis, etapas e modalidade além de alcançar sucesso acadêmico, reduzindo as desigualdades étnico raciais e ampliando as taxas de permanência e conclusão de estudantes de campo, negros, indígenas, povos da floresta, povos das águas, quilombos, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (DOCUMENTO REFERÊNCIA, CONAE 2014, p.75).

As reflexões a partir do Documento Referência gestado já no século XXI, em 2012 nos permitem aprofundar alguns questionamentos atuais.

Sabemos que foram nos anos 80 quando se legitimou a democracia no Brasil é que vem, à tona, com toda a força, a temática da participação.

Historicamente poucas vezes a participação popular detonou a alteração dos rumos da educação nacional.

A partir da Constituição de 1988 se inicia uma busca de consenso com demanda das minorias procurando o acolhimento das emendas sugeridas pelos cidadãos.

Não há dúvida que a participação aprofunda e fortalece a democracia.

Participação se constitui em um processo de fazer parte, de construir a consciência coletiva política da sociedade moderna. (GRAMSCI, 2002, p.40-41).

Identifica-se uma luta política pela melhoria da educação. Para Nogueira (2005, p.130) quem participa procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos; constrói uma identidade, formula uma teoria para si e traça um plano de ação.

Continuando ainda na vertente de Nogueira (2005, p.121) participação é uma expressão de práticas sociais democráticas interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e em alcançar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários buscando

garantir as decisões consensuadas pela via da participação proclamada.

Souza (2001, p.551) resume a eficácia política como o "grau de confiança dos cidadãos na sua capacidade de participar do processo político e de influenciar as decisões sobre as políticas que afetam suas vidas".

Qual é o espaço de participação popular? Que tipo de participação surge?

Considerando os períodos extensos que vivemos de governos centralizadores o que representou a mobilização popular no acolhimento de sugestões demandadas?

A temática sobre participação é de tanta atualidade que tem ocupado grande parte dos espaços de questionamento e reflexão no contexto social mais amplo e no contexto mais específico da educação. (ABRAMOWICZ, 1996).

A participação ganhou espaço no debate acadêmico e público constituindo-se em constante desafio e um convite para pensar este conceito.

Esta relevância deve-se à ênfase no processo de democratização das relações sociais nas estruturas familiares, escolares e sociais fruto de nossa evolução histórica.

O fenômeno social da participação ganha novas e variadas formas concretas de ação, em uma sociedade democrática o que confere ao conceito participativo um caráter polivalente.

Devido à abrangência, importância e significado do conceito e das diversas formas de entendê-lo procuramos aqui tentar iluminá-lo para tentar esclarecê-lo e aprofundá-lo fazendo com que possamos discutir o desafio das políticas públicas que emanam do Sistema Nacional de Educação.

Nesse esforço lançamos mão de diversas óticas tentando detectar a multifacetada concepção de participação popular.

Pela ótica política a participação é qualidade e, fundamentalmente, qualidade política. Só tem qualidade política o que é criado pelo homem, histórica e culturalmente.

Se qualidade política trata dos fins e conteúdos da vida humana, o cerne da criação política é o fenômeno participativo.

Participação é, no fundo, qualidade. Não a apalpamos nem cheiramos, não pesa, nem tem tamanho. Mas tem profundidade, sentido, intimidade e sensibilidade. É necessidade básica também. Sem ela secamos. Por isso, poderíamos dizer, num rasgo de simplificação: a qualidade básica da vida humana é participação (DEMO, 1984, p. 03).

Acreditamos que o centro da questão qualitativa é a participação, imagem positiva da qualidade política.

Sob a ótica da qualidade política, a participação é o processo histórico de conquista da auto promoção. Enquanto conquista, significa que não se deve esperar que a participação

venha de cima para baixo. “Participação é conquista. Não é doação, dádiva, presente, nem imposição. Nunca é suficiente”. (DEMO, 1988, p.17).

Auto promoção significa criar uma vida com o menor teor possível de desigualdade, opressão, exploração e injustiça em uma sociedade desejável que o homem é capaz de criar.

Assim, a luta para a criação dessa sociedade desejável passa, necessariamente pela participação. Criar uma vida, nesse contexto, propõe ter um sentido para a vida que compreende a liberdade, a autonomia, a auto gestão, a convivência, a democracia.

O processo histórico da conquista da auto promoção compreende o desenvolvimento de uma organização comunitária, o desenvolvimento da consciência crítica, o planejamento participativo, a administração auto gestonária além de outros fatores.

A participação popular propriamente política “realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto ou seja, o Estado” (NOGUEIRA, p.133). É por meio desta modalidade de participação que:

[...] indivíduos e grupos interferem para fazer com que diferenças e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições, [...] que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os variados direitos humanos. Justamente por isso seus protagonistas centrais são os cidadãos. (NOGUEIRA, 2005, p. 133).

É importante destacar que a face política da participação popular que se consubstancia na conquista da auto promoção não exclui o fator econômico constituído pela auto promoção. Participação popular também é uma conquista sob o ponto de vista epistemológico.

Participar significa construir o conhecimento, reinterpretá-lo, recriá-lo. É uma construção junto e não viver o construído. Participar exige uma criação permanente, um refletir junto, um comungar interesses na ação.

A partir dessa perspectiva epistemológica podemos nos aventurar a refletir sobre o conceito de participação conforme a ótica educacional. Para Faundez (1988) a educação é definida como um processo onde o conhecimento é criado por intermédio do diálogo permanente e da participação ativa, criativa e crítica através da democracia e para ela.

Nesta abordagem educacional o conceito chave é a participação que, pensando em chegar à democracia, deve ser livre, crítica, criativa e ativa. “Para ser democrático, é preciso sobretudo saber participar, saber doar-se, conviver, dividir-se, saber valorizar a comunidade”. (DEMO, 1988, p.04).

Para esta acepção de educação, a única forma de ensinar é aprender com o outro. “O sábio [...] quer a profundidade; quer estar junto, não por cima: faz parte de, não desagrega e deterge; comunica, não dissolve e distorce; simplifica, não complica: motiva, não resseca”

(DEMO,1988, p.04).

Ao propor essa postura democrática de participação, não queremos significar que ela seja espontaneísta. Participação é compatível com organização, na medida em que autoridade e poder também são compatíveis com participação, desde que o poder seja democrático.

A participação, nesse caso, se faz não por um ato autoritário, mas pelo diálogo democrático que, buscando a transformação, se constitui em um processo que se descobre e se cria através de um movimento histórico e, como vimos, dialógico.

A participação popular não é imposta, mas sim ativa e inteira, respondendo às necessidades reais e sentidas dos sujeitos.

Essa participação ativa, que ocorre em todos os momentos de um longo processo de formação de uma pessoa, de um grupo ou de um povo, se contrapõe à participação passiva que só ocorre, parcialmente, em determinados setores sociais e educacionais.

Ao construir e criar conhecimento, ativamente, a participação percorre o caminho da ação reflexão e se reveste de uma dimensão essencialmente crítica, que permite uma inserção contextualizada.

Só uma participação ativa e crítica chegará à transformação pensando em uma sociedade mais democrática, mais solidária, mais livre e mais justa.

Na participação ativa e crítica que se propõe a refletir e a construir junto, há um crescimento do indivíduo e do grupo que é o animador coletivo.

É muito importante que se aprenda a participar, “já que este é um processo difícil mas necessário tanto para o animador individual como também o coletivo”. (FAUNDEZ, 1988).

As pessoas têm de se sentir efetivamente participando, aprendendo a participar e, para tal, compreendendo a realidade onde estão e passando assim, do sentir para o compreender e agir.

Aprender a participar significa aprender a dialogar, aprender a organizar, aprender a criticar, aprender a aprender. Destacamos a grande importância de aprender a participar fazendo uma série de atividades e permitindo, ao indivíduo ou ao grupo, ser o real protagonista de sua história. Ele se apropriará do seu conhecimento e de sua cultura além do patrimônio de outras culturas.

Gera-se, assim, uma participação cada vez mais profunda, que sai do âmbito da educação e vai para a vida que é um processo permanente de educação. Buscando aprender a participar, se objetiva melhorar, genuinamente, a vida da comunidade nas esferas políticas, econômicas, sociais e emocionais.

Ao pensar participação na educação e, na vida, tentamos uma via de superação do "gap" que se encontra entre ideias e ação, teoria e prática do conceito participativo. Nessa esfera, grande parte da discussão desencadeada privilegia a faceta teórica buscando um consenso conceitual e se perde a prática da participação.

Participação na avaliação é sinônimo de avaliação permanente. Aprender a avaliar-se e a criticar-se para melhorar é o cerne da contribuição da participação para a avaliação.

Através de uma participação ativa, criativa e crítica, individual e coletiva, permite-se ao indivíduo e à comunidade perceber-se, criticar-se, envolver-se, ajustar o curso do processo, enfim, avaliar-se.

Dessa forma, a avaliação constitui uma participação permanente e a participação se constitui uma avaliação permanente e se tem assim a compreensão da avaliação, fundamentalmente, como processo.

Ao pensar no processo de avaliação sob esta ótica, um dos desafios das políticas públicas envolvidas na relação Sistema Nacional de Educação e participação popular vem à tona instigando nossos educadores e legisladores a pensar em um Sistema Nacional de Avaliação Nacional que transcende e preserva lógica produtivista, numérica e de rendimento para se pensar em um sistema que seja formativo, democrático, emancipador e justo.

Um dos grandes desafios das políticas públicas nacionais é o controle e a promoção da qualidade de ensino permitindo um desenvolvimento do Sistema Nacional de Ensino.

O que vem à tona, em uma primeira reflexão é a temática da inclusão social em um país marcado pela desigualdade e a possibilidade de expansão dos direitos especialmente a uma escola pública cidadã, com equidade e qualidade.

Vemos o papel fulcral da participação popular na formulação de políticas públicas via canais participativos que são tão precários e escassos. Destaca-se aqui também na efetiva realização das políticas públicas a participação da sociedade civil com os seus atores protagonistas enredados e partícipes da problemática social. Enfatizamos também os frágeis mecanismos de controle social que pecam por omissões relevantes.

O que constituem os desafios às políticas públicas no diálogo do Sistema Nacional de Educação e na participação popular são os diferentes eventos que constituem a rede de reflexões como fóruns, conferências, encontros, conselhos, etc. que desempenham um rol absolutamente fundamental nos rumos políticos da nação.

Já destacamos e enfatizamos a necessidade de um Sistema Nacional de Avaliação que monitorea, controla, discute, divulga os resultados, socializando-os e propiciando

oportunidades de beneficiar os seus usuários.

Universalizar o acesso e permanência do público escolar estimula a emergência de novas opções de gestão com uma forte tendência participativa permitindo uma proposta de justiça social que aponta para uma universalização e expansão de direitos.

O desafio das políticas públicas, mas inclusivas, justas, democráticas, participativas busca resgatar nossa dívida social e educacional com as camadas mais desfavorecidas e discriminadas.

O acesso ao conhecimento é um direito da cidadania, conquistado em duros embates. Nosso sonho ainda se consubstancia na igualdade de oportunidades e condições que envolve o ser humano em sua integralidade cidadã participando de uma sociedade mais igualitária e justa socialmente.

Todo o Sistema Nacional de Educação deve estar marcado pela consolidação de uma soberania nacional capaz de gerar emancipação social.

Esta reflexão representa um questionamento crítico sobre a contribuição e os desafios das políticas públicas para ao Sistema Nacional de Educação e a participação popular. O que se destaca são as necessidades e imperativos de inclusão e expansão dos sistemas de ensino incorporando as principais políticas públicas implementadas que enfrentam os grupos historicamente alijados do processo e que almeja construir um futuro educacional mais democrático.

Ao sintetizar uma reflexão sobre o Sistema Nacional de Educação e a participação popular, destacamos os desafios para as Políticas Públicas que merecem nossa cuidadosa atenção.

Destaco, inicialmente, a universalização da Educação Básica com qualidade e equidade. Cremos que na educação brasileira, a luta mais intensa e longa focou-se no acesso à escolarização. A obrigatoriedade da escolarização de crianças e adolescentes que em uma primeira etapa (1988) foi de 7 a 14 anos com a Resolução Federal de 2009, foi de 6 a 14 anos até 2016 quando a faixa etária será ampliada para 4 a 17 anos.

Esta questão, já vimos, é fundamental considerando a história da desigualdade que marca a sociedade brasileira de forma indelével. Acoplada a esta pretensão nosso sonho é poder ampliar, efetivamente, a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos de idade. Acompanhando esta proposta e a ela integrada está o nosso desejo que o nível de escolaridade da população deixe de ser baixo e desigual, aspectos a que temos nos dedicado, empenhadamente, nos últimos tempos.

Não podemos deixar de citar, ainda os altos índices de reprovação que nos acompanham e que incidem, especialmente, sobre os alunos oriundos das classes pobres e menos favorecidas e que carregam esta carga secular!

A existência de políticas públicas com determinadas características ainda estão a nos desafiar: aquelas que sejam estruturantes, ou seja, que permaneçam no tempo, que se integrem a outras políticas de forma harmônica e enriquecedora, que envolvam os mais variados atores, protagonistas do processo e que permitam prever um sistema de acompanhamento e avaliação, aspectos estes que já mereceram nossa reflexão.

Citamos também as políticas públicas que desafiam o território das lutas permanentes dos vários atores pela hegemonia da agenda da educação e que torna o currículo um “campo minado”.

Já destacamos, também, como desafio às Políticas Públicas a elaboração, após ampla e democrática decisão do Sistema Nacional de Avaliação, qualitativo, formativo, justo e cada vez mais emancipador.

Nesta reflexão não podemos esquecer o fundamento importante da figura do diretor, gestor imprescindível na condução dos rumos da educação.

E, para finalizar, não menos importante é o desafio para as Políticas Públicas que capacitaram 300.000 professores, intensificando a luta pela implantação de um Plano de carreira que privilegie a formação continuada, a valorização do profissional, as condições de trabalho dignas que levem em conta a complexidade da atividade docente e a sua riqueza envolvendo, especialmente as relações humanas, centro irradiador da vida do professor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando em uma política nacional de educação que nos dias de hoje, ao se materializar possibilita a estruturação de um Sistema Nacional de educação (SNE) enfrentou, enfrenta e enfrentará vários desafios. Alguns deles aí estão:

Como primeiro e fundamental desafio com que nos defrontamos está a universalização da educação básica com equidade e qualidade, em uma sociedade marcada historicamente pelas desigualdades sociais, regionais, econômicas, de gênero, raciais, além de outras.

Tendo como princípio a garantia do direito à educação com qualidade social, destaca-se, aqui, a garantia e extensão do direito para todos com ênfase na educação obrigatória de 4 a 17 anos de idade, a ser universalizada até 2016.

Lembramos, ainda, a valorização dos profissionais da educação com um plano para a sua capacitação, absolutamente necessária e urgente. Outra questão que vem à baila e que é desafiadora: quem está na escola?

Citamos ainda o desafio de políticas públicas estruturantes que permaneçam no tempo, que se integrem com outras políticas, que envolvam vários atores, participativamente, com previsão de um sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação.

Ao falar em avaliação, o desafio que se apresenta é pensar um Sistema Nacional de Avaliação que não seja excluyente, autoritário, ameaçador e que vá além da nota numérica e da noção de uma avaliação somativa, só de rendimento.

Faz-se premente que a participação popular, conclamada a atuar no sistema de educação rompa com as práticas autoritárias que ainda estão profundamente arraigadas na nossa cultura e política.

Ao enfrentar o desafio de elevar o nível de escolaridade da população que é baixo e desigual, estamos diante da perspectiva de romper com a lógica de uma participação restrita, injusta e centralizadora.

Acrescente-se aos vários desafios aqui descritos a luta por “construir e aperfeiçoar espaços democráticos de controle social e de tomada de decisão que garantam novos mecanismos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça o processo de interlocução, o diálogo entre os setores da sociedade, buscando construir consensos e síntese entre os diversos interesses e visões que favoreçam as decisões coletivas (CONAE, 2013, p.74).

Em um Sistema Nacional de Educação que privilegie a participação popular, os desafios para as políticas públicas estão centradas na participação como fundamental e necessária para se vislumbrar uma proposta educacional emancipadora.

A participação está assentada em um pressuposto de construção coletiva, que permita envolver diferentes segmentos sociais que dialoguem entre si, com ênfase na qualidade social da educação.

Creemos que um Sistema Nacional de Educação baseado na participação popular responderá, digna e eficazmente, aos desafios para políticas públicas mais democráticas, justas, transformadoras e emancipatórias.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos Augusto. **Construindo o sistema nacional articulado de educação** [Brasília: CONAE, 2009] [Texto organizado a pedido da assessoria do MEC para servir de subsídios às discussões preparatórias da CONAE]. Disponível em <<http://CONAE.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/const-%20sal.pdf>>. Acessado em: 29 mar. 2013

ABRAMOWICZ, Mere. **Avaliando a avaliação da aprendizagem: um novo olhar**. São Paulo: Ed. Lumen, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os desafios da construção de um SNE** [Brasília: CONAE, 2009] [Texto organizado a pedido da assessoria do MEC para servir de subsídio às discussões preparatórias da CONAE]. Disponível em <<http://CONAE.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/jamil-cury.pdf>>. Acessado em: 29 mar. 2013.

DEMO, Pedro. **Avaliação participante: algumas ideias iniciais para discussão**. Texto mimeografado, 1984.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**, São Paulo: Cortez, 1988.

Documento-Referência elaborado pelo Fórum Nacional de Educação. Portaria nº 1407/10 e alterado pela Portaria nº 502/12.

FAUNDEZ, A. **Notes on animatiors the hague**. Verhanderling, n. 43, CESO, february, 1988.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O sistema Nacional de educação e a escola pública de qualidade para todos**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.4, n.6, p.53-64, jan-jun 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Sistema de Educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação**. Brasília: MEC/CONAE, 2009. Texto organizado pela assessoria do MEC para servir de subsídio às discussões preparatórias da CONAE. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/CONAE/omagens/stories/pdf/CONAE-demervalsaviani.pdf>>. Acessado em: 29 mar. 2013.

SOUZA, Celina. Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988. Processo decisório, conflito e alianças. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v.44, n. 3, p. 513-560, 2001.